

Petros: Solução já!

Greve de advertência nesta segunda!

Agora é por 24h. Mobilização intensificará, se Petrobrás não avançar

A partir da zero hora do dia 17, os petroleiros de todas as unidades do Sistema Petrobrás irão parar por 24 horas. As assembleias estão aprovando a greve convocada pela FUP e referendando a rejeição da contraproposta que foi apresentada no último dia 07 pela Petrobrás. Não bastasse ter suspenso as negociações das pendências da Petros, a empresa ignorou sumariamente as principais bandeiras de luta dos trabalhadores, propondo apenas a reposição da inflação pelo ICV/Dieese (4,89%).

A Petrobrás sequer dignou-se a responder as reivindicações da categoria de aumento real e de reposição das perdas salariais. Os petroleiros são responsáveis pelos excelentes resultados obtidos pela companhia, inclusive a tão sonhada auto-suficiência. Mas, a

Petrobrás insiste em desvalorizar e desrespeitar sua força de trabalho, na contramão das demais empresas do setor.

Petros - A Petrobrás suspendeu as negociações da Petros, quando já havia se comprometido a apresentar esta semana propostas de solução para os principais problemas previdenciários da categoria. Ou seja, a empresa continua protelando indefinidamente esta questão, desrespeitando a decisão dos trabalhadores, que já deixaram claro que Petros é prioridade no nosso calendário de lutas.

Resolver esta pendência, além de necessário e urgente, é fundamental para o andamento das negociações do Acordo Coletivo. Os petroleiros já deram este recado à direção da Petrobrás, nas mobilizações da semana de 04 a 07/10. A empresa, no entanto, parece querer

provocar a categoria, cozinhando em banho-maria as questões da Petros e tentando desgastar ainda mais a campanha reivindicatória com uma contraproposta ridícula.

Greve - Os petroleiros conhecem muito bem as armadilhas da Petrobrás e não aceitarão o jogo da empresa. Por isso, a paralisação desta segunda deve responder à altura a provocação da companhia. Outros movimentos muito mais contundentes serão realizados se a Petrobrás não resolver de uma vez por todas essa questão da Petros. Estamos falando de direitos dos trabalhadores e responsabilidades que devem ser assumidas pela companhia. Portanto, todos à greve de 24 horas. Pela solução das pendências da Petros, por uma campanha reivindicatória vitoriosa e contra a sétima rodada de licitação da ANP.

Ato nacional contra a 7ª Rodada

Paralelamente à greve de 24 horas dos petroleiros, a FUP e os sindicatos farão um ato nacional em frente ao Hotel Sheraton, no Rio de Janeiro, em protesto contra a Sétima Rodada de Licitação de Blocos Petrolíferos, que a ANP iniciará no dia 17. A Federação está convidando várias entidades da sociedade civil organizada para somarem-se aos petroleiros no ato de segunda-feira. Os sindicatos também en-

viarão ao Rio caravanas com petroleiros, companheiros do MST e representantes de outras entidades sindicais. Dirigentes da CUT, da CNQ e do MST estarão presentes.

Ação popular - A FUP e os sindicatos estão ingressando com ação popular para impedir os leilões das reservas brasileiras de petróleo. A íntegra da Ação está disponível na página da Federação (www.fup.org.br).

PEC - A Proposta de Emenda Constitucional apresentada pela FUP à Câmara dos Deputados Federais, através do deputado Luciano Zica (PT/SP), encontra-se em andamento na Comissão de Constituição e Justiça. A PEC devolve à União o monopólio sobre as reservas petrolíferas no Brasil, através da alteração do artigo 176 da Constituição, que trata sobre a propriedade das nossas reservas.

Refinaria de Manguinhos demite metade do efetivo

A resistência dos acionistas da Refinaria de Manguinhos em construir de fato uma alternativa que viabilizasse a retomada das atividades de refino, interrompidas pela empresa no início de agosto, resultou no que todos nós temíamos: a demissão em massa dos trabalhadores. A refinaria anunciou no último dia 04 que não renovará o Acordo Coletivo de Trabalho, prorrogado até 20/10, e iniciou o processo de demissão, que já atingiu quase metade dos 308 petroleiros de Manguinhos.

Nas áreas operacionais, a redução do efetivo já atinge dois terços dos trabalhadores. Até o momento, 123 postos de trabalho da refinaria foram extintos!

A FUP, o Sindicato e a Comissão de Base estão lutando para garantir a recolocação dos demitidos no mercado de trabalho, através de gestões junto às empresas do setor petrolífero. Outra alternativa é a utilização de recursos do FAT viabilizar cursos de requalificação dos trabalhadores que estão homologando as demissões.

Quanto aos trabalhadores que permanecem na refinaria, o movimento sindical não permitirá que a crise seja utilizada pelos acionistas como pretexto para reduzir direitos e conquistas. A Refinaria de Manguinhos tem demonstrado total falta de responsabilidade social para com os trabalhadores e suas famílias. Enquanto foi conveniente, os acionistas tiraram todo tipo de proveito dos benefícios concedidos pelo governo. E agora? Vão abandonar os trabalhadores à própria sorte?

Greve dos bancários é marcada por violência e autoritarismo dos banqueiros

A greve de seis dias realizada pelos bancários, além de fazer a Fenaban e os bancos públicos avançarem em suas propostas, também serviu para reafirmar a necessidade de acabarmos com o poder normativo do TST. O Tribunal mais uma vez esteve a serviço dos banqueiros da Fenaban, impondo interditos proibitórios (que, inclusive, não são competência do Tribunal e sim da Justiça comum) e respaldando ações de truculência e censura, na tentativa de criminalizar o movimento sindical.

Além das proibições arbitrárias do direito de livre manifestação dos bancários em seus locais de trabalho (os famigerados interditos do TST), a greve da categoria também teve cenas de abuso de poder e de muita repressão e violência policial em várias regiões do país, com, inclusive, prisões de dirigentes sindicais. Em São Paulo, houve até ação judicial da Fenaban para censurar a campanha de mídia do sindicato!

Os bancários resistiram bravamente a todos esses absurdos, com uma

bonita lição de luta, solidariedade e organização sindical. Resultado: fizeram os banqueiros retomarem as negociações, elevando a proposta anterior. A grande maioria da categoria aprovou os 6% de reajuste, abono de R\$ 1.700, PLR de 80% do salário mais R\$ 800 fixos. Em Brasília, a proposta da Fenaban foi rejeitada e a greve continua.

BB e CEF - Ambos os bancos seguiram a proposta da Fenaban. No BB, a PLR conquistada foi maior: parcelas semestrais de 4% do lucro líquido, pagas linearmente a todos, mais R\$ 365, fixos e 40% do salário. Além disso, os trabalhadores continuam negociando questões referentes ao plano de cargos, isonomia, fundo de pensão e assistência médica.

Na CEF, os bancários conquistaram avanço de um nível para todos, o que representou, ao final, quase 3% de aumento real. Os trabalhadores também estão tendo avanços importantes no plano de cargos e salários, que está passando por modificações.

Sim ou não ao comércio de armas? Última semana para decidir

Domingo, dia 23, todos os eleitores brasileiros terão que comparecer às urnas para responderem ao referendo popular sobre o comércio de armas e munição. O voto é obrigatório e o Brasil será o primeiro país a realizar um plebiscito nacional sobre desarmamento. A FUP, assim, como as demais entidades cutistas e diversas organizações nacionais e estrangeiras, defende o SIM à proibi-

ção do comércio de armas e munição (opção 2 da cédula).

A FUP tem um fórum de discussão na internet (www.fup.org.br), para que a categoria esclareça dúvidas e debata esta importante questão. Os ganhadores do prêmio Nobel da Paz assinaram um manifesto apoiando o referendo, onde colocam-se favoráveis ao desarmamento. Saiba mais acessando www.referendosim.com.br

Trabalhadores da Repsol na América Latina e Espanha realizam 1º Seminário Sindical, com apoio da FUP

Entre os dias 24 e 26 de outubro, cerca de 35 trabalhadores da Repsol/YPF participarão do primeiro seminário sindical internacional da categoria. O evento, que será no Rio de Janeiro, é uma iniciativa das Comissões Obreiras da Espanha e está sendo organizado com o apoio da FUP.

O objetivo é promover a integração dos trabalhadores da Repsol/YPF na América Latina e Espanha, além de discutir as condições de trabalho, as lutas e pleitos do movimento

sindical nas atividades industriais da multinacional nos países latino-americanos.

Participarão do seminário trabalhadores do Brasil, Argentina, Bolívia, Peru, Equador, Venezuela, Cuba e Espanha. O Brasil será representado no evento pelos dirigentes da FUP, da CUT, da ICEM, além dos petroleiros da Refinaria de Manguinhos e da REFAP, as duas unidades de refino do país, que têm participação acionária da Repsol/YPF.

FIQUE DE OLHO

Rennó e ex-dirigentes da Petrobrás são condenados

A Justiça Federal condenou o ex-presidente da Petrobrás, Joel Rennó e mais 13 ex-dirigentes da empresa a devolverem aos cofres públicos US\$ 47,2 milhões. A decisão atende a ação movida pelo Ministério Público Federal, que acusa Rennó e sua turma de terem favorecido a empresa panamenha Petro Dia, que forneceu, sem licitação, uma unidade de prospecção para a P-40. A contratação da panamenha foi feita na época pela Braspetro. Questionado pela imprensa, Rennó alegou que todas as suas decisões na Petrobrás eram respaldadas pelo jurídico da empresa, por isso estará recorrendo da decisão.

Gestão privatista - Homem de confiança do ex-presidente FHC, Joel Rennó esteve à frente da empresa entre novembro de 1992 e março de 1999. Sua gestão foi marcada pelo autoritarismo, perseguição ao movimento sindical, sucateamento da estatal e precarização das condições de trabalho. Foi um período marcado, principalmente, pela redução drástica dos efetivos próprios da Petrobrás e terceirização desenfreada. Sem falar na denúncias de favorecimento de diversas empresas prestadoras de serviço.

CUT quer orçamento de 2006 com mais verba para serviços públicos

A CUT vai ampliar a pressão sobre Brasília na próxima semana exigindo a inclusão no Orçamento de 2006 dos recursos já acordados pelo governo com várias categorias dos servidores públicos federais. Segundo a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal, o Orçamento de 2006 não tem recursos para atender nem mesmo os acordos já firmados: R\$ 1,5 bilhão, quando seriam necessários R\$ 3,7 bilhões. "Para o governo cumprir com a palavra no que está prometendo aos servidores, terá que alterar a lógica da política econômica. Sem respeito ao que já foi acordado fica impossível às categorias ainda em greve retornarem ao trabalho", declarou João Antonio Felício, presidente nacional da CUT.